


**O RIO COMO EIXO DE IDENTIDADE: DESAFIOS JURÍDICOS E SOCIAIS DAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS**

**THE RIVER AS AN AXIS OF IDENTITY: LEGAL AND SOCIAL CHALLENGES
OF AMAZONIAN RIVERSIDE COMMUNITIES**

**EL RÍO COMO EJE DE IDENTIDAD: DESAFÍOS JURÍDICOS Y SOCIALES DE
LAS COMUNIDADES RIBEREÑAS AMAZÓNICAS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-106>

Data de submissão: 09/08/2025

Data de publicação: 09/09/2025

Donizete Vaz Furlan

Doutorando em Estudos de Fronteira

Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Marcelino Carneiro Guedes

Doutor em Recursos Florestais

Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

RESUMO

Neste artigo são analisadas as inter-relações jurídicas, sociais e culturais das comunidades ribeirinhas amazônicas, com foco no arquipélago do Bailique, no estado do Amapá. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, baseia-se em levantamento bibliográfico, análise documental e sistematização crítica de dados empíricos produzidos por pesquisadores e instituições atuantes na região. São examinados os impactos da insuficiente prestação estatal de direitos sociais — como saúde, educação, trabalho, lazer, segurança e previdência — na preservação da identidade cultural ribeirinha. O estudo demonstra que a manutenção das práticas tradicionais e a permanência dessas populações em seu território dependem de políticas públicas integradas, juridicamente amparadas e adaptadas às especificidades geográficas e socioculturais da Amazônia.

Palavras-chave: Ribeirinho. Direitos Sociais. Foz do Rio Amazonas. Bailique. Cultura Ribeirinha.

ABSTRACT

This article analyzes the legal, social, and cultural interrelations of Amazonian riverside communities, focusing on the Bailique Archipelago in the state of Amapá, Brazil. The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on bibliographic review, documentary analysis, and critical systematization of empirical data produced by scholars and institutions working in the region. It examines the impacts of insufficient state provision of social rights — such as health, education, work, leisure, security, and social security — on the preservation of riverside cultural identity. The study demonstrates that maintaining traditional practices and ensuring the permanence of these populations in their territories depend on integrated public policies, legally supported and adapted to the Amazon's geographic and sociocultural specificities.

Keywords: Riverside. Social Rights. Mouth of the Amazon River. Bailique. Riverside Culture.

RESUMEN

Este artículo analiza las interrelaciones jurídicas, sociales y culturales de las comunidades ribereñas amazónicas, con especial atención al archipiélago de Bailique, en el estado de Amapá. La investigación, con un enfoque cualitativo y exploratorio, se basa en una revisión bibliográfica, el análisis documental y la sistematización crítica de datos empíricos elaborados por investigadores e instituciones que trabajan en la región. El estudio examina los impactos de la insuficiente provisión estatal de derechos sociales —como salud, educación, trabajo, ocio, seguridad y previsión social— en la preservación de la identidad cultural ribereña. El estudio demuestra que el mantenimiento de las prácticas tradicionales y la permanencia de estas poblaciones en su territorio dependen de políticas públicas integradas, con respaldo legal y adaptadas a las especificidades geográficas y socioculturales de la Amazonía.

Palabras clave: Ribereña. Derechos Sociales. Desembocadura del Río Amazonas. Bailique. Cultura Ribereña.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia abriga um dos mais complexos mosaicos socioculturais do planeta, marcada pela presença de comunidades tradicionais cuja vida se entrelaça de forma indissociável com os rios. No arquipélago do Bailique, no estado do Amapá, essa relação simbiótica entre homem, rio e floresta constitui a base da identidade coletiva, do modo de vida e da organização econômica local. Todavia, tal relação, existente há milênios na região, desde muito antes de Cabral aportar por aqui, enfrenta pressões crescentes decorrentes da crise climática, do isolamento geográfico, da fragilidade na efetivação de direitos sociais e da ausência de políticas públicas estruturadas que compreendam e respeitem as peculiaridades da região.

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada sobre levantamento bibliográfico, análise documental e sistematização crítica de dados empíricos produzidos por pesquisadores e instituições que atuam na Amazônia. Essa combinação metodológica permite, de um lado, compreender os elementos objetivos que compõem a realidade sociojurídica das comunidades ribeirinhas e, de outro, interpretá-los à luz do marco constitucional e dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

A investigação considera que a cultura ribeirinha, reconhecida como patrimônio imaterial, depende de uma articulação indissociável entre proteção ambiental, garantias jurídicas e políticas públicas efetivas. A ausência ou insuficiência desses elementos provoca impactos diretos na manutenção da identidade coletiva, na continuidade das práticas tradicionais e na própria permanência da população em seu território.

Ao inserir a realidade do Bailique no contexto mais amplo das discussões sobre direitos fundamentais e desenvolvimento local, este trabalho busca contribuir para a formulação de estratégias que combinem justiça social e proteção cultural. Ao propor reflexões baseadas em fundamentos jurídicos, dados empíricos e análise crítica, o estudo reafirma a necessidade de um Estado presente, atuante e comprometido com a preservação das identidades amazônicas, não apenas como um dever legal, mas como parte integrante da memória e do patrimônio cultural brasileiro.

2 RIO, RIBEIRINHO, SOCIEDADE E CULTURA: DISCUSSÕES JURÍDICO-SOCIAIS NO CONTEXTO AMAZÔNIDA

Antes mesmo de adentrar em qualquer discussão mais aprofundada sobre o artigo, é necessário abordar alguns aspectos de ímpar relevância para o bom entendimento e desenvolvimento do tema. Na presente etapa, compreender a importância do rio para comunidades ribeirinhas é mais que necessário, é primordial. Simone Maria Palheta Pires, pesquisadora da Universidade Federal do

Amapá (UNIFAP), em sua obra *Análise Sociológica da Justiça Itinerante Fluvial*, já abordava de modo social a importância do rio para comunidades ribeirinhas. Nas palavras da autora, para estas comunidades, o “[...] rio é a fonte de alimentos, é a via de transporte, é o local de lazer para as famílias, é a vida dos ribeirinhos”¹.

Logo, é necessário compreender que o rio é o elemento orgânico não humano mais importante na composição de uma comunidade ribeirinha. É dele que se extrai alimento e é por ele que os ribeirinhos são incluídos no fundamento constitucional do valor social e da livre iniciativa; é através do rio que o também elemento da dignidade humana se sustenta no contexto amazônico social ribeirinho. Por lógico, não englobam na presente contextualização as políticas públicas e as ações governamentais, uma vez que, no presente entendimento, a análise se faz em um contexto imanente da relação homem/rio.

De modo resumido e nos conhecimentos populares, o ribeirinho, por sua vez, é o ser humano que vive às margens do rio. Nas palavras de Pires², o ribeirinho está relacionado ao espaço geográfico onde vive. Para essa pesquisadora, ribeirinho é a pessoa que mora nas margens de rios, igarapés e lagos, todavia, em seu estudo, ela faz questão de demonstrar que tal relação não se trata apenas de localização geográfica. Alguns têm criticado o uso do termo ribeirinho, pela sua semântica diminutiva, mas essa discussão se torna inócua e sem sentido, se entendida a grandeza do “ser ribeiro” e seu modo de vida que não se apequenam diante do termo.

É essencial compreender que a relação entre o homem e o rio na Amazônia transpassa o mero uso por necessidade; seria mais um relacionamento de integração sustentável primária na qual o homem precisa do rio, e por isso cuida dele. Contudo, é notória a percepção de que desconheça as formas para organizar essa relação em aspectos jurídicos sociais e ainda dependa significativamente do poder público para solucionar problemas iminentes, emergentes e, em muitos casos, repetitivos. Para Pires³, “A relação simbólica do ribeirinho com o rio, além de cultural e econômica, é também de afetividade. É notória a construção de laços afetivos e identitários com o rio. Em algumas falas, percebe-se que os ribeirinhos personificam os rios, como se vivo fosse”⁴.

Embora exista toda essa conexão imaterial entre as comunidades ribeirinhas e o rio, nas últimas décadas alguns fatores têm prejudicado a estabilidade socioambiental dos moradores das beiras dos rios da referida localidade. São questões ambientais como as “terras caídas”, de manejo inadequado de grandes animais como, por exemplo, bubalinos, e extração de mata, dentre outros.

¹ PIRES, Simone Maria Palheta. *Análise sociológica da justiça itinerante fluvial*. Belo Horizonte: Vorto, 2017. p. 41.

² *Ibid.*

³ *Ibid.*

⁴ *Ibid.*, p. 43.

Silva Junior, Szlafsztein e Baia⁵, no trabalho intitulado “Gestão de riscos de desastres no arquipélago do Bailique, foz do rio Amazonas, Amapá, Brasil”, demonstram por gráficos de diversos estudos, como este relacionado às “terras caídas”, dentre outros experimentos e aspectos, que:

As intensificações nas modificações ambientais de curto período no distrito do Bailique requerem estudos sistemáticos e integrados, para entender como as interações entre os processos atmosféricos, oceanográficos, amazônico somados às ações antrópicas, submetem a região a constantes modificações. De acordo com os dados analisados na revisão de literatura e com as visitas em loco, teve-se noção da gravidade que os processos erosivos causam ao arquipélago. A necessidade de conhecer a intensidade desses processos em cada uma das comunidades permite a proposição de ações mais adequadas, assim como a viabilidade das construções, pois as mesmas possuem taxas muito variáveis de perda de terreno. As mudanças ambientais recentes com a colmatação da foz do rio Araguari e na dinâmica fluvial da região, assim como a intensificação de processos erosivos indicam também a influência das atividades humanas que causam graves problemas a comunidades como a perda de residências, escolas, comércios, e causam também queda de postes e redes de transmissão, assim como queda de estações de tratamento e distribuição de água⁶.

O trabalho ora citado demonstra a crise existente no arquipélago do Bailique por um ponto de estudo mais técnico, geográfico e biológico. É possível perceber a importância de se compreender que são inúmeros os motivos que têm contribuído para os problemas existentes e emergentes da comunidade. E, para o presente artigo, é indispensável que se compreenda que para o ribeirinho, o rio, a mata e a relação cultural existente entre estes elementos são essenciais para a manutenção da cultura. Para tanto, se não há rio para o ribeirinho, não há ribeirinho em sua essência.

2.1 PERCEPÇÕES SOCIOCULTURAIS EMPÍRICAS: O LOCAL, O REGIONAL E O NACIONAL

No presente tópico, apresenta-se uma análise comparativa subjetiva sobre as diferentes perspectivas do pensamento popular acerca da vida do ribeirinho e da vida do morador de cidades envolvidas no contexto amazônico e do morador de outras regiões do Brasil. Para tal, foi necessária a elaboração de um quadro demonstrativo com conhecimentos empíricos que abarcam exemplos de localização, alimentação, lazer, transporte e linguagem.

Por lógico, o objetivo do presente quadro é tão somente demonstrar que não são necessários estudos muito aprofundados para entender que a vida do ribeirinho é mais difícil. Para se chegar no arquipélago do Bailique, por exemplo, são necessárias 12 horas em média de viagem de barco. Não é possível chegar de carro, de avião ou de moto, ou seja, o único meio de transporte é o fluvial.

⁵ SILVA JUNIOR, Orleno Marques da; SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian; BAIA, Maxwell Moreira. Gestão de Riscos de Desastres no Arquipélago do Bailique, Foz do Rio Amazonas, Amapá, Brasil. **Ensino de Geografia e Redução de Riscos**, p. 674-696, 2022. Disponível em: <https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/EGRR2022/EGRR-2022-32.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

⁶ *Ibid.*

Quadro 1 – Comparativo dos moradores: ribeirinho x de cidades da Amazônia x de cidades não amazônicas

RIBEIRINHO DO BAILIQUE	MORADOR DE CIDADE AMAZÔNICA (Macapá, Belém, Manaus)	MORADOR DE CIDADE NÃO AMAZÔNICA (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte)
Mora na beira do rio.	Mora em locais predominantemente secos.	Mora em locais predominantemente secos.
Ruas de palafitas.	Ruas com asfalto ou estrada.	Ruas com asfalto ou estradas.
Utiliza embarcações para transporte (não há como utilizar veículos automotores terrestres).	Utiliza veículos automotores terrestres para o transporte (carro, moto, caminhão).	Utiliza veículos automotores terrestres para o transporte (carro, moto, caminhão).
Linguagem informal e regionalizada.	Linguagem predominantemente formal, mas compreendem bem as linguagens ribeirinhas.	Linguagem predominantemente formal, pouco ou nenhum conhecimento de dialetos ribeirinhos.
Alimentos predominantemente consumidos: peixe, camarão, açaí, bacaba, caranguejo, farinha de mandioca, caça, alimentos enlatados, cupuaçu.	Alimentação predominante: arroz, feijão, carnes brancas e vermelhas, alimentos à base de trigo, saladas, frutas como cupuaçu, bacaba, açaí, jambo.	Alimentação predominante: arroz, feijão, carnes brancas e vermelhas, farinhas de milho e mandioca, alimentos à base de trigo. Vasta possibilidade de encontrar alimentos de outras culturas (japonesa, indiana, italiana, dentre outras).
Lazer: banho de rio, passeio a beira rio, em alguns lugares futebol de lama, pesca, caça, danças locais (brega, melody, caciçó), festas regionais (internet, televisão e tecnologia para alguns).	Passeio em praças, <i>shopping</i> , <i>shows</i> , cinema, futebol, televisão, rádio, internet, balneários, praias.	Passeio em praças, <i>shopping</i> , <i>shows</i> , cinema, futebol, televisão, rádio, internet, balneários, praias, viagens interurbanas, dentre outras opções.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Conforme pode ser observado, é perceptível a diferença entre os costumes, as culturas e a infraestrutura de quem vive às margens dos rios daqueles que possuem sistemas infraestruturais de melhor qualidade. Em linhas gerais, quanto mais se distancia a realidade ribeirinha da localidade, menos conhecida é a sua cultura.

O presente tópico é breve, pois busca tão somente demonstrar que existem inúmeras disparidades infraestruturais que impossibilitam a manutenção e divulgação da cultura de comunidades ribeirinhas e, no caso do arquipélago do Bailique, isso é ainda mais complexo, visto que a dificuldade para se chegar ao local é enorme e, por conseguinte, a de sair também. Tais dificuldades podem ser observadas no transporte de pessoas, alimentos, tecnologias e energia, e, por consequência, na manutenção e divulgação da cultura local.

Ainda que breve o tópico, vale a pena destacar e fazer uma breve discussão sobre a alimentação ribeirinha. Nesse caso, destaca-se o açaí, base da soberania alimentar de mais de 3 milhões de ribeirinhos no estuário do rio Amazonas. Produzido e consumido pelas famílias ribeirinhas há milênios, a capacidade de produzir no próprio local um superalimento com elevada qualidade

tradicional, faz com que o açaí seja responsável por apenas 6% de insegurança alimentar severa ou grave nas ilhas do território marajoara (Santos et al., 2021). Ainda segundo os autores anteriores, os ribeirinhos tradicionais, na época da entressafra, quando ocorre escassez do produto, deixam de vender o açaí para garantir o “bebe” que alimenta a família. Assim, o açaí é elemento indissociável da cultura ribeirinha, mesmo em tempos da bioeconomia em alta e com o produto muito valorizado fora da região, onde é consumido de maneira muito diferente dos ribeirinhos, que dele se alimentam junto com a farinha e algum tipo de proteína durante suas principais refeições.

2.2 DIFICULDADES REGIONAIS: O PROCESSO FORÇADO DE FORMAÇÃO IDENTITÁRIA CULTURAL DO AMAZÔNIDA

Cascudo⁷ destaca que “O homem é universal fisiologicamente. Psicologicamente, é regional”. Diante de tantas outras citações, o presente tópico se inicia ao colocar em relevo que, independentemente de ser o homem um ser fisiológico, o regional, a localização geográfica, o ambiente no qual se encontra inserida uma determinada comunidade, tende a criar culturas próprias, com peculiaridades ímpares e de significativa contribuição social e cultural para a humanidade.

Esse renomado autor⁸ prossegue ensinando que é factível que uma cultura possa modificar uma cerimônia, aspectos de organizações administrativas, técnicas de produção agrícolas ou industrial, a maneira de preparar alimentos tradicionais, ritmos de dança ou até mesmo a forma de caçar, pescar e guerrear. Podem ainda ocorrer, segundo Cascudo, mudanças no vocábulo, nas marcas como tatuagens, formas de modificação e fabricação de cerâmica. Assim, conforme entendido por ele, a cultura se desenvolve sem que existam prejuízos para a civilização. Há, no caso, uma agregação de valor cultural que contribui para o avanço civilizatório com respeito às particularidades sociais, ecológicas e regionais. Para tanto:

A cultura compreende o patrimônio tradicional de normas, doutrinas, hábitos, acúmulo de material herdado e acrescido pelas aportações inventivas de cada geração. Mas esse patrimônio não abrange a totalidade das outras culturas, possuidoras dos mesmos elementos constitutivos⁹.

Na região amazônica não seria diferente. As comunidades ribeirinhas possuem suas próprias formalidades culturais. Existem elementos ecológicos e certamente regionalizados que obrigam as pessoas das comunidades ribeirinhas a adequarem suas necessidades de vivência. A construção de

⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e Cultura**: pesquisas e notas de etnografia geral. São Paulo: Global, 2016. *E-book*.

⁸ *Ibid.*

⁹ *Ibid.*

barcos de pequeno porte, como canoas, catraias¹⁰, rabetas¹¹ e voadeiras é indispensável para a locomoção. As citadas embarcações são utilizadas também na caça, na pesca e no transporte de alimentos. Se nas escolas de cidades com acesso terrestre é possível ver carros, motos e bicicletas estacionados à frente da instituição educacional, em escolas ribeirinhas é comum encontrar canoas, catraias e rabetas. As voadeiras, por outro lado, por serem produtos de maior custo financeiro, geralmente são utilizadas para fins comerciais de transporte coletivo e frete.

Loureiro¹² diz que “A cultura amazônica, tal como se apresenta nos dias atuais, tem suas raízes fincadas numa trajetória histórica marcada por dois elementos fundamentais – isolamento e identidade”. Ao ler tal afirmação, é notório o impacto discriminatório sofrido pelos amazônidas, não pela fala do autor, que claramente fundamentou seus estudos em bases científicas e teóricas, mas sim, no desrespeito manifestado pelas más implementações de políticas públicas para o desenvolvimento e inclusão do povo amazônico. Quando interpretada de cotidiana, é possível compreender que a cultura da Amazônia se formou em função do isolamento social e da forçada criação da identidade própria dos que moram na região.

A ineficiente prestação social, jurídica e assistencial trouxe para os amazônidas processos de exclusão, muitas vezes, por racismo ambiental, que seriam as injustiças sociais e ambientais que acabam de forma desproporcional recaindo sobre etnias vulnerabilizadas, na percepção de Herculano¹³.

Loureiro¹⁴ prossegue em suas abordagens sobre a cultura e o desenvolvimento da região ao afirmar que:

Envolvida em um isolamento e mistério, a Amazônia foi construindo um sistema de vida e trabalho ribeirinho e extrativista integrado por pescadores, coletores de castanha, mateiros, extratores de seringas, de peles, de couros, de resina de árvores, de ouro e de diamante. Acrescenta-se a eles, os lavradores, os seringueiros, os vaqueiros e fazendeiros, os comerciantes, os empresários, os biscateiros e os artesões das mais diversas categorias que vivem em função de produtos da floresta e do rio. Uma cultura de profunda relação com a natureza, que perdurou, consolidou, e fecundou, praticamente, o imaginário (até o final dos anos 50) destes indivíduos isolados e desprezados às margens dos rios.

¹⁰ Catraias, na região amazônica, são pequenas embarcações, geralmente com duas proas, e quem as comanda é o catraieiro. Em ilhas ribeirinhas, como o Bailique, por exemplo, existem catraieiros que cobram valores para levar as pessoas de uma vila à outra. Exemplo: da vila Progresso até a vila Macedônia.

¹¹ Rabetas, no contexto amazônico, são pequenas embarcações que possuem um “motor rabeta” na popa. São diferentes das catraias.

¹² LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4. ed. Belém: Cultura Brasil, 2015. p. 53.

¹³ HERCULANO, Selene. **Racismo Ambiental, o Que é Isso?** P. 1. Disponível em: www.professores.uff.br/seleneherculano/textos. Acesso em: 31 mar. 2024.

¹⁴ *Ibid.*, p. 51.

As pesquisas bibliográficas realizadas para o primeiro capítulo do presente estudo foram direcionadas, *a priori*, para aspectos que tendem a contribuir para a formação de civilizações, cultura e identidade. A intenção não é construir um estudo aprofundado sobre antropologia e cultura, mas sim um estudo que sirva como base para demonstrar os problemas que comunidades ribeirinhas enfrentam para manter sua identidade cultural frente a tamanho desmazelo institucional.

2.3 A PREJUDICIALIDADE DA SOBRECARGA DISCRIMINATÓRIA ORIUNDA DA MÁ PRESTAÇÃO ESTATAL POSITIVA PARA A CULTURA DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO BAILIQUE

Conforme anteriormente já estudado de modo introdutório, a região amazônica padece com algumas peculiaridades. Na oportunidade, ficou demonstrado, pela visão de Loureiro¹⁵, que os avanços culturais na referida região se deram por necessidades específicas de adaptação e sobrevivência. No presente tópico será abordado, em uma contextualização mais direcionada às dimensões do direito, de que forma a inexpressiva prestação positiva de direitos e a demasiada carga discriminatória sobre comunidades ribeirinhas contribuem para o enfraquecimento dos direitos sociais e dos direitos culturais.

No contexto ora explanado, far-se-á uma abordagem sobre as dimensões do direito como forma de compreensão da obrigatoriedade do Estado enquanto ente essencial na garantia da dignidade humana. Para tal, por ser um tema bastante debatido, optou-se por tratar exclusivamente de duas dimensões/gerações: primeira e segunda. Optou-se, ainda, pela escolha do tema considerando-se as observações de Nunes Junior.

Quadro 2 – Comparativo das dimensões do direito¹⁶

DIMENSÃO DO DIREITO	DEVER PRINCIPAL	DIREITOS
Primeira	Não fazer	Vida, liberdade propriedade.
Segunda	Fazer	Saúde, educação, trabalho, assistência aos desamparados

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Conforme se observa, Nunes Junior ensina que “Nos direitos de primeira dimensão, o Estado tem o dever principal de não fazer, de não agir, de não interferir na liberdade pública do indivíduo”¹⁷. No entanto, reforça que, embora nos direitos de primeira geração exista o dever principal de não fazer, há para o poder público um direito secundário que deverá ser obedecido. Como exemplo, ele faz

¹⁵ LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4. ed. Belém: Cultura Brasil, 2015.

¹⁶ NUNES JUNIOR, Flavio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 817-18.

¹⁷ *Ibid.*, p. 817.

referência ao direito à vida, pelo qual, embora o Estado não possa tirar a vida de ninguém, deverá agir secundariamente para garantir que as pessoas vivam com dignidade.

Quanto aos deveres de segunda dimensão, também segundo Nunes Junior¹⁸:

[...] são os direitos sociais, como a saúde, a educação, o trabalho, a assistência aos desamparados. Ao contrário dos direitos de primeira dimensão, aqui o Estado tem o dever principal de fazer, de agir, de implementar políticas públicas que tornem realidade os direitos constitucionalmente previstos.

Logo, o que importa para o desenvolvimento do presente tópico é compreender que existem prestações positivas e negativas por parte do Estado, e que a não efetivação ou demasiada interferência pode trazer significativas prejudicialidades para as comunidades ribeirinhas, em especial a comunidade do Bailique, a qual terá um capítulo exclusivo no presente trabalho para ser apresentada.

Dada a necessária interpretação sobre as dimensões dos direitos, este trabalho passará a identificar de que forma a incipiente prestação positiva prejudica as comunidades ribeirinhas na região amazônica. De modo demonstrativo, apresentar-se-ão a partir de agora os principais problemas encontrados no arquipélago com relação a alguns direitos sociais contidos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, e de que forma esses problemas de não efetivação contribuem para o enfraquecimento cultural do objeto de estudo.

Assim, para compreender melhor o tema dimensões/gerações dos direitos, são necessárias algumas percepções de Maranhão¹⁹, constantes no artigo denominado “A afirmação histórica dos direitos fundamentais. A questão das dimensões ou gerações de direito”, no qual o autor evidencia a evolução dos direitos fundamentais estruturada em “gerações” ou “dimensões” e vinculada aos ideais da Revolução Francesa (liberdade, igualdade, fraternidade). No trabalho, inicialmente, se discute a controvérsia terminológica: termos como “gerações” (Bonavides) sugerem substituição, enquanto “dimensões” (Sarlet) enfatizam cumulatividade. Autores como Dimoulis e Martins propõem “categorias” ou “espécies”, evidenciando a falta de consenso na classificação. Para Maranhão, a primeira geração (séc. XVIII) consolida direitos civis e políticos (vida, propriedade, participação política), associados ao Estado Liberal, com caráter negativo (limitação estatal). A segunda geração (séc. XX) abrange direitos sociais (saúde, educação), exigindo ação estatal positiva, vinculada ao Estado Social. Contudo, sua efetividade é questionada devido ao caráter programático e à alegação de escassez de recursos. Já a terceira geração (pós-Segunda Guerra) engloba direitos difusos (meio

¹⁸ *Ibid.*, p. 818.

¹⁹ MARANHÃO, Key Stany Moraes. **A afirmação histórica dos direitos fundamentais.** A questão das dimensões ou gerações de direitos. 04 ago. 2009. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13261>. Acesso em: 08 fev. 2025.

ambiente, paz) com titularidade coletiva. Bonavides destaca seu viés universalista, enquanto críticos apontam a abstração desses direitos. A quarta geração (globalização) inclui democracia e pluralismo, embora haja divergências: Bobbio a associa à bioética, enquanto Steinmetz a reduz a desdobramentos de direitos individuais. A quinta geração (séc. XXI) propõe o direito à paz, em resposta a conflitos globais, mas carece de reconhecimento unânime.

Sobre o tema existem várias críticas, como a de Canotilho²⁰, para o fato de que a classificação fragmentada dos conceitos poderá atomizar direitos, ignorando sua interdependência.

Bonavides²¹, por sua vez, acredita que, em relação à efetividade, os direitos sociais permanecem subimplementados, muitas vezes justificados por limitações orçamentárias.

Por fim, propostas de quarta e quinta gerações são contestadas, consagrando mais disputas teóricas do que avanços práticos. De modo considerativo, apesar das críticas, a teoria das dimensões ressalta a historicidade dos direitos, mas urge superar a retórica e garantir a efetividade, especialmente em contextos de desigualdade global.

2.4 A IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA: A EDUCAÇÃO

Constitucionalmente o artigo 6º abrange como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Em seu parágrafo único, estabelece o artigo 6º que “Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária”.

Desse modo, para o desenvolvimento deste trabalho, é importante que se tenha como premissa que, para comunidades ribeirinhas e outros povos que se distanciam das grandes cidades, o fortalecimento dos direitos sociais é indispensável para a manutenção cultural. De modo geral, as comunidades ribeirinhas sofrem com processos demasiados de exclusão na sua formação social, pois do transporte de pessoas e medicamentos às moradias, tudo é mais trabalhoso para conseguir.

No caso, a educação possui papel essencial na divulgação e manutenção da cultura. Na verdade, a educação, nas palavras de Agra²²:

²⁰ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2003. *E-book*.

²¹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2006. *E-book*.

²² AGRA, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 843.

[...] é um direito de todos e está sob a responsabilidade do Estado, nas suas três esferas governamentais, e da família, devendo ainda haver a colaboração da sociedade. Trata-se de um direito subjetivo público dos cidadãos, isto é, uma prerrogativa que pode ser exigida do Estado diante do seu inadimplemento.

Seu objetivo, ao contrário do que muitos pensam, não é apenas preparar o cidadão para o mercado de trabalho, mas desenvolvê-lo como ser humano, para que possa contribuir com a sociedade, tornando-o apto para enfrentar os desafios do cotidiano. Como afirma a Constituição Cidadã, a principal função da educação é preparar o indivíduo para o exercício da cidadania (art. 205 da CF).

É na educação que se fortalecem os laços históricos e sociais das comunidades. Mais do que aprender a ler, escrever, preparar para o trabalho, a educação contribui para a formação sociocultural de todo ser humano. Porém, em comunidades ribeirinhas o que se vê é um total desrespeito com o direito à educação.

Gonçalves, Guedes e Furlan²³ publicaram o artigo denominado “Uma regionalizada análise constitucionalista histórico-sociológica do direito à educação básica no distrito do Bailique em Macapá-AP: a educação que o Brasil não conhece e não precisa”, no qual buscaram estudar, exclusivamente, os problemas encontrados pela população ribeirinha do arquipélago do Bailique na efetivação do direito social à educação. Conforme os autores:

A ausência de infraestrutura básica nas comunidades que compõem o Arquipélago do Bailique, localizado na zona rural de Macapá-AP, é um dos importantes obstáculos na garantia de educação de qualidade à população que lá reside, bem como para os serviços básicos naquela região. Ausência de saneamento básico, água potável e energia elétrica são exemplos de outros desafios com impactos significativos àquelas comunidades.

No citado trabalho, os autores demonstram o desmazelo estatal com o direito à saúde no arquipélago. Todavia, o presente tópico possui o intuito de demonstrar que a fragilidade do direito social à educação causa impactos diretos na manutenção da cultura da comunidade do Bailique.

2.5 A IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA: A SAÚDE

Outro direito social relevante é a saúde. Não há estudos diretamente relacionados à real situação da saúde no arquipélago do Bailique, todavia, nada impede que seja demonstrado no presente tópico sua importante relação com a manutenção da cultura de comunidades ribeirinhas em processo de descontinuidade territorial.

²³ GONÇALVES, W. L.; RODRIGUES, R. G.; FURLAN, D. V. Uma regionalizada análise constitucionalista histórico-sociológica do direito à educação básica no distrito do Bailique em Macapá-AP: a educação que o Brasil não conhece e não precisa. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 10, p. 16.965-16.982, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i10.2907>. Acesso em: 05 maio 2023.

Por lógico, a estrutura direcionada aos serviços básicos de saúde do arquipélago do Bailique é insuficiente para a demanda diária da população. Não há serviços de média e grande complexidade e, sempre que algum paciente precisa de tratamentos mais complexos, tem de ser encaminhado aos centros de atendimento da capital amapaense. Cabe ressaltar no presente ponto que a viagem de barco do arquipélago do Bailique até Macapá dura em média 12 horas, como escrito anteriormente, e as condições de transporte são extremamente precárias.

Assim, diante do exposto, torna-se essencial que seja demonstrada a importância do direito à saúde na manutenção da cultura de comunidades ribeirinhas. De modo geral, para que uma comunidade, povo ou tribo permaneça no local de sua formação e consiga desenvolver suas atividades cotidianas, é necessário que exista um mínimo existencial nos serviços públicos. A evasão de moradores dessas comunidades geralmente se dá pela não efetivação de direitos como saúde, educação, moradia, transporte. O que, por consequência, enfraquece o laço cultural entre a comunidade e os moradores.

2.6 A IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA: O TRABALHO

Eis outro direito que possui relevância para o processo de manutenção cultural de comunidades ribeirinhas. O direito ao trabalho é um direito social que também se encontra positivado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Todo brasileiro necessita ter um trabalho para seu sustento e sustento de sua família; ademais, não basta que seja um trabalho. Necessariamente precisa ser um trabalho digno e que corrobore com as legislações constitucionais e infraconstitucionais reguladoras desse direito.

No presente tópico, então, se torna relevante atribuir um pensamento regionalizado ao tema. Como um dos problemas enfrentados pelos ribeirinhos é justamente a falta de emprego, manter as pessoas na comunidade é um desafio cada vez maior. A tendência é que pessoas nasçam, estudem e, ao perceberem a dificuldade de falta de trabalho, dificuldade de locomoção e demais ineficiências estruturais urbanas, saiam da comunidade.

Conforme o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, o Brasil adotou como princípio fundamental a valorização do trabalho por sua função social; e também como fundamento, a dignidade da pessoa humana. Logo, é dever do Estado proporcionar postos de trabalho para que as pessoas possam ter no seu labor diário uma valorização, com mais condições financeiras para aquisição de alimentos, remédios, vestuário, lazer etc.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Aqui surge então um dilema: qualquer trabalho serve para qualquer pessoa? Bem, por lógico é significativo analisar alguns aspectos relevantes. Dar trabalho de motorista para um ribeirinho onde não existe estrada, rua ou avenida, é inviável. Inviável é também oferecer emprego de pedreiro em um lugar no qual as casas são quase que na totalidade feitas de madeira.

Nessa contextualização, é importante compreender que o trabalho do ribeirinho necessariamente deverá abarcar conhecimentos regionalizados, tais como caça, pesca, marcenaria, educação e segurança, dentre outros.

O Decreto n. 3.321, de 30 de dezembro de 1999, que promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988 na cidade de São Salvador, El Salvador, em seu artigo 6º determina que:

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, o que inclui a oportunidade de obter os meios para levar uma vida digna e decorosa através do desempenho de atividade lícita, livremente escolhida ou aceita.

2. Os Estados-Partes comprometem-se a adotar medidas que garantam plena efetividade do direito ao trabalho, especialmente os referentes à consecução do pleno emprego, à orientação vocacional e ao desenvolvimento de projetos de treinamento técnico-profissional, particularmente os destinados aos deficientes. Os Estados-Partes comprometem-se também a executar e a fortalecer programas que coadjuvem o adequado atendimento da família, a fim de que a mulher tenha real possibilidade de exercer o direito ao trabalho.

No caso elencado, a função social do trabalho só iria ser devidamente cumprida caso o emprego oferecido ao ribeirinho estivesse de acordo com suas peculiaridades, e seria nesse contexto que entrariam as políticas públicas. Estas se efetivariam: na organização de cursos voltados para a realidade do ribeirinho, no incentivo às cooperativas especializadas em manutenção cultural e na organização das comunidades, de forma que o emprego existiria sem que a identidade dos moradores enfraquecesse.

2.7 A IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA: O LAZER, A SEGURANÇA SOCIO ALIMENTAR E A ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS

Lazer, Segurança Socio Alimentar e Assistência aos Desamparados também constam no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como direitos sociais. E, mais uma vez, surge a questão sobre a relação que esses direitos possuem com o interesse de manter a cultura de um lugar viva. Para tanto, quando se leva em consideração localidades como a do Bailique, a dificuldade de acesso a lazer é um dos principais problemas que são encontrados, pois não há muito o que fazer para se distrair. Existe o rio para nadar, vizinhos para visitar, futebol para jogar em alguns lugares, mas em matéria de tecnologia, por exemplo, existe o problema da exclusão digital.

A internet é quase inexistente, restando alguns locais de acesso. Somente pessoas com melhor poder aquisitivo podem ter acesso às redes de computadores, que geralmente são por satélite. Não há *shopping center*, grandes lojas, estádios de futebol, cinema ou teatro. Não há museus ou universidades. Todo lazer é basicamente em torno da água, da dança e das festividades regionais.

A segurança, por sua vez, é precária. Existem postos de policiais militares e bombeiros, todavia, o contingente não é o suficiente para manter as pessoas seguras. Na verdade, esse é outro problema encontrado. Servidores públicos não passam muito tempo no Bailique, devido à grande problemática de acesso ao local.

A assistência aos desamparados é feita na medida do possível, todavia, é carente de melhorias. Existem programas sociais, pagamento de seguro defeso, benefícios de prestação continuada aos idosos e deficientes. E, quando aparecem problemas relacionados à cheia da maré e salinização da água potável, há auxílio por parte da Prefeitura e do Governo do Estado do Amapá.

A discussão sobre a centralidade do rio na vida ribeirinha não pode ser dissociada das condições de segurança alimentar das populações amazônicas. Conforme demonstram Santos, Azevedo-Ramos e Guedes (2021)²⁴, comunidades extrativistas do açaí, mesmo vivendo em territórios ricos em recursos naturais, enfrentam diferentes níveis de vulnerabilidade alimentar, sobretudo em períodos de entressafra. O rio, que deveria ser fonte contínua de subsistência, torna-se também um espaço de incertezas, pois a sazonalidade das cheias e vazantes impacta diretamente a pesca, a coleta de frutos e a circulação para aquisição de alimentos.

Santos, Azevedo-Ramos Guedes (2021)²⁵, “a segurança alimentar das famílias ribeirinhas

²⁴ SANTOS, Erick Silva dos; AZEVEDO-RAMOS, Claudia; GUEDES, Marcelino Carneiro. **Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas**. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 24, n. 2, p. 195-221, maio/ago. 2021. DOI: 10.5801/ncn.v24i2.8239. p. 196

²⁵ *Ibidi* p. 197.

depende não apenas do acesso físico ao rio e aos recursos naturais, mas da capacidade de manter práticas de subsistência em equilíbrio com as pressões do mercado e com a diversidade produtiva das várzeas”

Portanto, ao articularmos a noção de rio como eixo de identidade cultural, é necessário reconhecer também seu papel como eixo de segurança alimentar. A vulnerabilidade registrada pelos pesquisadores reafirma a fala de Guedes, para quem “não existe soberania alimentar possível sem soberania sobre os rios”. Nessa perspectiva, a defesa da vida ribeirinha passa pela preservação do rio, pela manutenção de suas funções ecológicas e pela garantia de condições sociais que possibilitem às comunidades permanecerem em seus territórios com dignidade e autonomia.

2.8 A IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA: A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aqui se esbarra em um grave problema. A previdência social é contributiva, porém, grande parte das pessoas que moram em comunidades ribeirinhas não possui empregos com carteira assinada. Na verdade, o que muito se vê são trabalhadores autônomos e boa parte da população vivendo de renda governamental oriunda de auxílios e seguro defeso. Mais dados sobre o assunto serão demonstrados no capítulo que versa sobre as condições socioculturais do distrito do Bailique. Para tanto, mais uma vez é necessário se pautar no Decreto n. 3.321, de 30 de dezembro de 1999, já citado neste estudo. O referido direito se encontra devidamente positivado também na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 201, o qual estabelece que: “A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei [...]”²⁶.

Diante do exposto, o que se extrai é um grande problema social. Não existem incentivos estatais suficientes através de políticas públicas para que os moradores do arquipélago do Bailique possam ter trabalhos efetivos com carteira assinada, e assim efetuarem a contribuição necessária para o regime de previdência social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite concluir que, para o ribeirinho, o rio transcende a concepção de mero recurso natural. Ele se constitui como um elemento estruturante da identidade coletiva e da

²⁶ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

cosmovisão amazônica, funcionando como eixo cultural, social, econômico e até espiritual. O arquipélago do Bailique representa um caso paradigmático dessa relação, revelando como a ausência ou insuficiência de políticas públicas eficazes compromete a garantia e a efetividade de direitos sociais e, por consequência, ameaça diretamente a preservação cultural e a dignidade humana das comunidades que ali residem.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a precariedade na prestação dos direitos previstos no artigo 6º da Constituição Federal, notadamente educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, assistência social e previdência, gera um processo de erosão cultural que não se limita ao deslocamento físico de moradores, mas que atinge também saberes, tradições, práticas comunitárias e vínculos intergeracionais. Esse quadro é agravado pela dificuldade de acesso geográfico e pela ausência de uma abordagem estatal que compreenda e respeite as peculiaridades socioambientais da região.

Do ponto de vista jurídico, a situação do Bailique evidencia um descompasso entre a normatividade constitucional e a realidade fática. Embora o ordenamento brasileiro e instrumentos internacionais, como o Protocolo de São Salvador, reconheçam o direito à vida digna e à preservação cultural, a efetividade desses direitos ainda encontra obstáculos significativos, especialmente em territórios isolados. Tal contexto reforça a tese de que a proteção de comunidades tradicionais não se restringe a um dever moral, mas é uma obrigação jurídica imposta ao Estado, cuja omissão pode configurar violação de direitos humanos.

Por essa razão, é imperativo que as políticas públicas destinadas à região amazônica sejam concebidas a partir de um diagnóstico participativo, envolvendo os próprios ribeirinhos na formulação e implementação das soluções. Programas de fomento à economia local, investimentos em infraestrutura compatível com a geografia fluvial, ampliação de serviços educacionais e de saúde adaptados à realidade local, bem como ações voltadas à preservação ambiental, devem compor uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável.

Assim, ao reconhecer o papel central do rio e da cultura ribeirinha no contexto amazônico, o presente estudo reafirma a necessidade de se superar o distanciamento histórico entre o discurso jurídico e a efetivação prática dos direitos. Garantir que comunidades como as do Bailique permaneçam no território, com qualidade de vida e preservando sua identidade, não é apenas uma medida de justiça social, mas também de proteção ao patrimônio cultural e ambiental brasileiro, em consonância com a Constituição Federal e com tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 843.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2006. *E-book*.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2003. *E-book*.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e Cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. São Paulo: Global, 2016. *E-book*.

GONÇALVES, Wanny Lobato; RODRIGUES, Regiane Guedes; FURLAN, Donizete Vaz. Uma regionalizada análise constitucionalista histórico-sociológica do direito à educação básica no distrito do Bailique em Macapá-AP: a educação que o Brasil não conhece e não precisa. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 10, p. 16.965-16.982, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i10.2907>. Acesso em: 05 maio 2023.

HERCULANO, Selene. **Racismo Ambiental, o Que é Isso?** P. 1. Disponível em: www.professores.uff.br/seleneherculano/textos. Acesso em: 31 mar. 2024.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4. ed. Belém: Cultura Brasil, 2015. p. 53.

MARANHÃO, Key Stany Moraes. **A afirmação histórica dos direitos fundamentais**. A questão das dimensões ou gerações de direitos. 04 ago. 2009. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13261>. Acesso em: 08 fev. 2025.

NUNES JUNIOR, Flavio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 817-18.

PIRES, Simone Maria Palheta. **Análise sociológica da justiça itinerante fluvial**. Belo Horizonte: Vorto, 2017. p. 41.

SANTOS, Erick Silva dos; AZEVEDO-RAMOS, Claudia; GUEDES, Marcelino Carneiro. **Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas**. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 24, n. 2, p. 195-221, maio/ago. 2021. DOI: 10.5801/ncn.v24i2.8239.

SILVA JUNIOR, Orleno Marques da; SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian; BAIA, Maxwell Moreira. **Gestão de Riscos de Desastres no Arquipélago do Bailique, Foz do Rio Amazonas, Amapá, Brasil. Ensino de Geografia e Redução de Riscos**, p. 674-696, 2022. Disponível em:

<https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/EGRR2022/EGRR-2022-32.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.